



Processos educativos e Economia Solidária: Relato de uma experiência

Educational processes and Solidarity Economy: Report of an experience

Procesos educativos y economía solidaria: Relato de una experiencia

Neiva de Assis

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, SC, Brasil.

Resumo

Apresenta-se um relato de experiência evidenciando o processo de criação e fortalecimento de um grupo de artesãos e pequenos produtores por meio da economia solidária em São Francisco do Sul- SC. O objetivo foi oportunizar o desenvolvimento de novas relações de produção e geração de renda e de relações sociais coletivas na comunidade. Para tanto, realizou-se um projeto de mobilização para economia solidária com metodologias participativas. O público-alvo foi artesãos e pequenos produtores de alimentos e de produtos agrícolas da região e, por conseguinte, destinou-se aos moradores do município que puderam consumir produtos de forma solidária e ambientalmente responsável. Esse projeto adotou como fundamento teórico-metodológico a psicologia histórico-cultural e os princípios da educação popular de Paulo Freire. Os principais resultados apontam para a importância de espaços de formação para artesãos, para a circulação de produtos e, principalmente, a experimentação de possibilidades de aprender e trabalhar coletivamente e de constituir-se subjetivamente.

Palavras-chave: Economia Solidária; Educação; Artesãos; Intersubjetividade.

Abstract

The account of an experience we sought to highlight the process of creating and strengthening a group of artisans and small producers through the solidarity economy in São Francisco do Sul -SC. The objective was to create opportunities for the development of new relations of production and generation of income and of collective social relations in the community. Thus, a mobilization extension project for a solidary economy with participatory methodologies was carried out. The participants were artisans and small producers of food and agricultural products in the region and, consequently, residents of the municipality who were able to consume products in a caring and environmentally responsible manner. This research used the theoretical-methodological basis of historical-cultural psychology and the principles of popular education. The main results were the importance of training spaces for artisans, for the circulation of products and, mainly, the experimentation of possibilities to learn and work collectively and to constitute themselves subjectively.

Keyword: Solidarity Economy; Education; Artisans; Intersubjectivity

Resumen

Buscamos resaltar el proceso de creación y fortalecimiento de un grupo de artesanos y pequeños productores a través de la economía solidaria en São Francisco do Sul-SC. El objetivo era crear oportunidades para el desarrollo de nuevas relaciones de producción y generación de ingresos y de relaciones sociales colectivas. Para ello, se realizó un proyecto de movilización para la economía solidaria con metodologías participativas. El público objetivo era artesanos y pequeños productores de alimentos y productos agrícolas en la región y los residentes del municipio que podían consumir productos de manera responsable y respetuosa con el medio ambiente. Este proyecto adoptó como base teórico-metodológica la psicología histórico-cultural y los principios de la educación popular de Paulo Freire. Los principales resultados apuntan a la importancia de los espacios de formación para artesanos, para la circulación de productos y, principalmente, la experimentación de posibilidades de aprender y trabajar colectivamente y constituirse subjetivamente.

Palabra clave: Economía Solidaria; Educación; Artesanos; Intersubjetividade

Introdução

¹O presente artigo trata do relato de uma experiência em psicologia envolvendo o trabalho de um grupo de artesãos e pequenos produtores do município de São Francisco do Sul - SC, por meio da economia solidária. Idealizado como um projeto de extensão², vinculado a uma Instituição de Ensino Superior Federal, realizou-se ações de criação e fortalecimento da economia solidária no referido contexto.

No âmbito da economia solidária, há diversas experiências organizadas por empreendimentos coletivos, solidários e autogestionários e que podem tomar a forma de cooperativas, associações e/ou microempresas também na região sul do Brasil. Com base nessas possibilidades de atividades buscou-se oportunizar o desenvolvimento de novas relações de

produção e geração de renda e de relações sociais coletivas e solidárias na comunidade.

Diante da desigualdade social e dos processos de exclusão, apontados por Sawaia (2009), de novos modos de organização social e de relações produtivas em um sistema econômico capitalista, destaca-se o papel das instituições da rede federal de ensino, no desenvolvimento social e econômico - local e regional. Dentro da função social dessas instituições há agendas voltadas para a problematização das condições socioeconômicas que se apresentam em torno da sua comunidade acadêmica. Reconhece-se que as demandas da comunidade acadêmica estão entrelaçadas com as práticas culturais e os processos subjetivos de seus habitantes. Nessa direção, alguns aspectos socioeconômicos, justificaram a importância de investir em ações de

trabalho e geração de renda, em especial, aquelas voltadas para o desenvolvimento econômico ambientalmente responsável. Em atenção a esse contexto, destaca-se a iniciativa realizada em uma Instituição de Ensino Superior, na cidade de São Francisco do Sul - SC, no fortalecimento de um grupo de artesãos e pequenos produtores, por meio da economia solidária.

O município possui, além das históricas desigualdades sociais presentes no território brasileiro, algumas particularidades socioeconômicas e psicossociais que apontam para a necessidade de desenvolver ações promotoras de processos produtivos locais e práticas econômicas de geração de renda e trabalho solidárias, coletivas e que valorizassem princípios ecológicos. Esse município, considerado de pequeno porte, possui pouco mais de 42 mil habitantes e tem seu processo de desenvolvimento urbano com atividades relacionadas ao mar, ao porto e ao turismo (IBGE, 2010).

A realidade econômica de São Francisco do Sul aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) é o oitavo maior do Estado de Santa Catarina e o primeiro maior PIB per capita do Estado. Apesar disso, o município não tem garantido com efetividade a inserção de seus moradores no mundo do trabalho. De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) de 2010, cerca de 30% da população do município não possuía instrução formal ou havia concluído apenas o primeiro ciclo do ensino fundamental. Este mesmo levantamento, apontou uma incidência de 28% de pobreza na população de São Francisco do Sul.

Pesquisa realizada anteriormente, apontou que o município é reconhecido como patrimônio cultural em nível nacional em 1987 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (Assis, 2016; Assis & Zanella, 2021). Ou seja, é um território que possui uma paisagem cultural, características essas exploradas pelo turismo e que trazem possibilidades para realização de trabalhos ligados ao artesanato e às práticas culturais locais. No entanto, a ausência de uma política cultural de incentivo ao artesão, faz com que o artesanato local seja apresentado aos visitantes, de modo individual e informal, em pequenas barracas no centro histórico da região.

Diante desses dados contraditórios, em que se tem um município com um PIB alto e com uma população empobrecida e com pouca escolarização, é que se destacam as possíveis contribuições de uma instituição de ensino vinculada a rede federal de educação profissional e tecnológica por meio de atividades de extensão acadêmica. Essa instituição está

inserida no município, desde o ano de 2010, com a tarefa de consolidar uma educação de qualidade, em consonância com os processos produtivos locais e atuando com a comunidade.

Destacamos aqui, o papel da psicologia, na articulação dos diferentes atores no contexto educativo, seja na atuação profissional em psicologia escolar ou no ensino de disciplinas nos diferentes cursos. O percurso acadêmico oferecido aos estudantes em espaços compartilhados pela pesquisa, extensão e nos diferentes níveis de ensino e áreas de formação; a heterogeneidade do perfil de estudantes e a potencialidade em se articular a formação acadêmica e a formação profissional, alinhada com as principais discussões do mundo trabalho, são destaques e desafios constantes para a psicologia crítica (Feitosa, 2016)

No contexto da educação profissional e tecnológica, as contribuições da psicologia podem refletir na atuação profissional em prol do fortalecimento de espaços formativos potencializadores do desenvolvimento humano, por meio da mobilização de processos cognitivos, afetivos, éticos e estéticos, na construção e reconstrução de possibilidades teórico-metodológicas em atividades junto aos atores educativos (Marinho-Araujo, 2014). Cabe à psicologia, portanto, propor

experiências coletivas e contextualizadas capazes de promover o desenvolvimento ético e político da comunidade acadêmica. A psicologia pode comparecer dialogando com projetos que também envolvam a comunidade externa, por meio de ações formativas com enfoque psicossocial, socioeconômico, ampliando a função social do campus e favorecendo novos processos subjetivos e coletivos.

Diante do exposto, o presente relato de experiência apresentará, a seguir, o lugar histórico e social da instituição de ensino e possibilidades de atuação para a psicologia. Na sequência, breves considerações sobre as contribuições da psicologia histórico-cultural em diálogo com os princípios norteadores da economia solidária. Princípios epistemológicos estes, que nortearam o incentivo da prática da economia solidária na comunidade de São Francisco do Sul. Além de promover certa visibilidade aos artesãos, pequenos produtores e prestadores de serviço presentes no município, oportunizou espaços e tempos de formação para a produção e o consumo solidário localmente. Por fim, apresenta-se a concepção metodológica e os principais resultados obtidos com as ações desenvolvidas no que diz respeito aos processos subjetivos e coletivos mobilizados no território.

Os Institutos Federais e a Psicologia

A proposta das instituições federais na educação profissional e tecnológica é proporcionar trajetórias acadêmicas em articulação com as questões do trabalho, promovendo espaços e recursos para desenvolver a autonomia reflexiva, teórica e prática de sua comunidade (Andrade & Kipnis, 2010) e, ainda, o desenvolvimento socioeconômico e produtivo do país (Moura, 2005). A defesa por uma construção dialética entre a produção do conhecimento e a profissionalização é fruto da concepção de que se pode aproximar os aspectos históricos e culturais da comunidade acadêmica de uma possível reorganização dos currículos e envolver os atores educativos na formação de futuros profissionais na política de diminuição da desigualdade social no país.

Nessa direção, cabe a essas instituições viabilizar ações que sejam voltadas para a produção do conhecimento científico, profissional e tecnológico no processo educativo, a fim de consolidar a educação democrática, socialmente justa e atenta à diversidade que constitui os sujeitos. Essa nova institucionalidade tem fundamentado a concepção e o planejamento dos processos educativos envolvendo todos os atores, em especial, a

psicologia em uma perspectiva social e institucional.

Compreende-se que o sistema educacional ainda precisa proporcionar maior aproximação entre o ensino superior e a sociedade. Nesse sentido, importa contribuir com a trajetória formativa dos estudantes, apoiar aqueles que são responsáveis pelos processos educativos nesses espaços e implicar-se com as práticas culturais circundantes. Acredita-se que é preciso compreender de que maneira a atuação da psicologia na educação superior poderá, por um lado, criar diversas estratégias formativas aos diversos atores educativos e, de outro, atuar intencionalmente para a mobilização dos recursos cognitivos, técnicos, afetivos, éticos e políticos da comunidade local na busca pelo conhecimento, pela contínua formação e pelo desenvolvimento social da região na qual pertence. Sob essa condição, a seguir será apresentado e discutido de que forma a psicologia pode contribuir para experiências formativas que reconheçam a diversidade de modos de vida, promovam novas relações de produção e vínculos com a comunidade local.

Psicologia Histórico-Cultural, Economia Solidária

A experiência teve como fundamento teórico-metodológico as contribuições da psicologia histórico-cultural que, com base no materialismo histórico dialético, considera a inseparabilidade entre processos de subjetivação e o contexto histórico e cultural. Nessa perspectiva, é relevante considerar os processos psicológicos, as relações interpessoais e suas significações, bem como a dimensão afetivo/volitiva em uma composição sempre em movimento, aberta e inacabada (Vigotski, 2000). Em outras palavras, se compreendemos o processo de constituição do sujeito produzido na relação entre sujeitos mediados pela cultura, ganha importância para a atuação, a relação do sujeito com o outro, o reconhecimento dos sujeitos em contextos coletivos e dialógicos (Vigotski, 2000). Interessa, portanto, a circulação dos significados e sentidos produzidos nos encontros com os pares e como particularmente essas significações são apropriadas pelos sujeitos.

Com essa compreensão, acrescenta-se o diálogo com a educação popular de Paulo Freire, importante pensador brasileiro que, também ancorado no materialismo histórico e dialético, compreende os seres humanos como seres históricos e culturalmente construídos e, portanto os processos educativos devem

considerar os sujeitos aprendizes como proprietários da história e transformadores da realidade social (Freire, 2011). Considera-se assim, a importância da alteridade presente nos encontros educativos e a potência que o confronto com o outro oportuniza processos dialógicos entre os sujeitos nos contextos sociais, educativos e coletivos.

Desde a perspectiva histórico-cultural e inspirados pela educação popular de Paulo Freire, valoriza-se trabalhos com grupos que reconheçam a historicidade e a dupla dimensão da atividade produtiva: produtor de si e de cultura. Considerando esse contexto epistemológico é que nos aproximamos da Economia Solidária como possibilidade de trabalho que reconhece o inacabamento e a potência transformadora dos sujeitos em encontros, coletivamente. A experiência a ser apresentada a seguir, optou pela economia solidária como metodologia de atuação social, como mote de mediação de relações intersubjetivas, de construção de bens culturais e valores de uso, como prática coexistente ao neoliberalismo, como alternativa no enfrentamento das desigualdades sociais, geográficas e econômicas.

O movimento denominado Economia Solidária (ES), ainda é uma categoria que se encontra em disputa e em construção, com uma complexidade de

definições e problematizações (Singer, 2002, Lechat, 2002; Pinheiro, 2013; Santos & Deluiz, 2009). Neste projeto, ainda que coexistindo com o modelo econômico capitalista, considerou-se a potência da economia solidária como modo de produzir encontros entre sujeitos ao mesmo tempo que carrega potências para a produção da própria subjetividade ao participarem de processos sociais e coletivos (Sawaia, 2002).

Podemos compreender a economia solidária como problematização do modelo econômico capitalista. Em especial, pelo modo como o trabalho é organizado pelas pessoas, valorizando práticas coletivas e participativas e ainda, pelo tema da preservação e cuidado com o ambiente ser sempre levado em conta no processo de reaproveitamento de materiais na produção e circulação das mercadorias.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária é compreendida como um programa, cujo objetivo se fundamenta na tese de que as condições de contradição do capitalismo se forjam, seguindo, no entanto, estruturas reversas, dialéticas. Isto é, dentro do próprio capitalismo criam-se brechas de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica pode ser oposta ou adequada ao modo de produção dominante.

A Economia Solidária pode ser vista ainda, como outra forma de pensar o ser humano, a economia e o mundo, com base em valores da partilha, de construção de valores de uso, reciprocidade e solidariedade. (Pinheiro, 2003; Pinheiro, Guerra & Toledo, 2017). Entre os princípios da Economia Solidária valoriza-se a autogestão, inclusão social, cooperação, inserção comunitária e a relação responsável com a natureza (Cavagnoli et al., 2016). Além disso, três componentes se fazem presentes: empreendimentos de economia solidária; entidades de assessoria e apoio, como instituições de ensino, entidades religiosas, organizações sociais, entre outros.

Poucos são os municípios em todo o território nacional que desenvolvem políticas públicas de apoio à Economia Solidária (Cavagnoli et al., 2016). A análise de algumas destas experiências aponta que ao participar do movimento de Economia Solidária de forma ativa e contínua, modificam-se as formas de trabalho, problematiza-se o modo capitalista de olhar o mundo e constrói-se novas configurações para o processo grupal e, acrescentamos outras possibilidades significativas para os processos de subjetivação ali presentes. Evidenciamos a atualidade do assunto ao observarmos recentemente a publicação de um dossiê que apresenta diversas

experiências na América Latina e aponta possibilidades de análise sobre a Economia Solidária contemporâneas (Rivera-Aguilera et. al., 2020). Como por exemplo, o caso da implantação e uso da moeda social em Palmas que para além das lentes da economia clássica evidencia a confiabilidade, a sociabilidade e a territorialidade como dimensões presentes nessa relação econômica (Oliveira, 2020).

Nesta concepção de trabalho, questões complexas como desemprego, relações de trabalho, desigualdade de renda, o consumismo e a exploração desenfreada da natureza ganham foco na articulação do movimento denominado Economia Solidária. E é a partir destes princípios teórico-metodológicos que pode-se tecer um caminho para o desenvolvimento da Economia Solidária no município de São Francisco do Sul.

Do trabalho coletivo às relações intersubjetivas

A constatação de uma localidade marcada por vários processos de exclusão, em especial por um município com uma população empobrecida e de pouca escolaridade justificou a implantação do Instituto Federal e indicava a importância das ciências humanas naquele contexto. A pergunta que se impunha era como criar

modos de a psicologia, inserida no ensino em cursos de tecnologia, favorecer relações intersubjetivas e aproximar os processos formativos de estudantes à realidade local? E ao mesmo tempo, como fomentar processos de trabalho e geração de renda aos seus moradores? A proposta, no primeiro momento, foi oportunizar aos estudantes possibilidades formativas implicadas socialmente com o território e de atuação para melhoria das possibilidades de trabalho de moradores que sobreviviam do trabalho informal.

Integraram esse projeto estudantes de um curso de graduação sob coordenação da primeira autora deste artigo que, naquele período, atuava como professora da área de Psicologia. E envolveu artesãos, pequenos produtores de alimentos e de produtos agrícolas que trabalhavam individualmente nas próprias casas ou em feiras sazonais da cidade e, ainda, aos moradores do município que puderam consumir produtos de forma solidária e ambientalmente responsáveis, além dos próprios estudantes que puderam aprender com as práticas formativas a eles oferecidas.

Para tanto, realizou-se uma experiência exploratória por meio de um projeto de ensino em 2016 em uma disciplina que abordava aspectos humanos e ambientais como eixo formativo para futuros trabalhadores da área da

administração. Os estudantes foram responsáveis pelo mapeamento de artesãos e de pequenos produtores individuais e interessados em participar do movimento em favor de uma economia solidária na localidade. Nessa etapa, estiveram envolvidos aproximadamente 25 estudantes e 40 artesãos e produtores locais.

Dessa experiência, artesãos e produtores tornaram-se visibilizados e demandaram ao Campus a continuidade de ações a eles direcionados principalmente de formação e de organização coletiva de uma feira. Diante dessa constatação, foi necessário realizar ações mais completas e complexas do que foi desenvolvido na atividade de ensino. Sendo assim, no ano seguinte, o projeto foi ampliado e sistematizado em formato de extensão com outros professores parceiros, bolsista de extensão e outros voluntários.

Inicialmente, os membros responsáveis pelo projeto fizeram alguns encontros de estudo sobre economia solidária e metodologias de trabalhos com grupos. Nessa etapa, adotou-se como procedimentos metodológicos: a atualização do mapeamento de artesãos e produtores agrícolas, incluindo novos interessados; as reuniões de estudo e planejamento da equipe de trabalho; reuniões e visitas técnicas de articulação do trabalho com diferentes setores (Política

Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura e Fórum Catarinense de Economia Solidária).

As pessoas foram convidadas para uma reunião de interessados, cuja pauta foi levantar as demandas e necessidades do grupo, bem como a construção de um planejamento coletivo com os participantes. Foram utilizadas as redes sociais e o site institucional do campus, bem como contato com os participantes já cadastrados, para divulgação do projeto e mobilização dos participantes. Posteriormente, realizou-se reuniões quinzenais de formação e planejamento com artesãos e produtores, tendo como horizonte a realização da feira solidária no espaço físico do Campus. As diferentes atividades culminaram na organização e realização mensal de uma Feira Solidária no espaço físico do Campus, com os produtos e serviços: alimentação; produtos agrícolas e/ou orgânicos; artesanato e vestuário; livros e troca/troca e prestação de serviços, entre outros. Durante o desenvolvimento da feira também aconteceram atividades culturais como música, dança, teatro realizadas por estudantes ou por moradores da localidade.

As reuniões realizadas ao longo do ano e as feiras mensais resultaram em um número significativo de participações: foram aproximadamente 50 artesãos que ativamente produziram esse projeto no

encontro com estudantes e professores. Reconheceu-se assim, um número expressivo de sujeitos que informalmente, de forma invisível ao poder público, produziam a própria subsistência e valores de uso significativos para a/na cidade.

Além desse grupo, participaram também pessoas interessadas em consumir produtos locais e artesanalmente desenvolvidos (moradores vizinhos e de outras regiões da cidade, os próprios trabalhadores do campus) acrescidos de estudantes afetivamente envolvidos na experiência formativa. Estudantes tiveram contato com formas solidárias de desenvolvimento econômico e foram sensibilizados a outros olhares e novas perspectivas de inserção profissional; produtores puderam organizar-se coletivamente, e reconhecer possibilidades de um grupo de trabalho; consumidores puderam participar de um circuito solidário e ambientalmente responsável de consumo e a instituição de ensino aproximou-se de forma mais concreta da comunidade que circunda o território do Campus. Ou seja, o projeto oportunizou processos formativos aos estudantes, professores e artesãos, principalmente no que diz respeito à contribuição das ciências humanas em um contexto formativo tecnológico, na organização de processos produtivos mais coletivos e solidários.

Na aproximação com esse grupo de artesãos da cidade, tornou-se possível conhecer diversos sujeitos, modos criativos e inventivos de manter a vida e de produzir-se subjetivamente. Destacamos dessa aproximação: histórias de uma senhora que produz plantas de forma orgânica; um grupo de pessoas com um brechó de roupas em prol de um abrigo de animais; um sebo de livros e revistas; jovens artistas com suas criações de bijuterias, estojos e adereços, uma doceira que carrega a receita de sua avó, um idoso que retrata em pequenas telas a cidade patrimônio cultural, entre outros. Todos, portanto, sobrevivendo com o seu trabalho individual e sua arte, sem apoio técnico de uma política pública.

A seguir apresentamos dois eixos de discussão considerados relevantes na análise dos resultados produzidos nessa experiência. O primeiro refere-se ao trabalho coletivo na contramão da lógica do “empreendedor de si mesmo” no contemporâneo e possibilidades intersubjetivas ali postas e, o segundo, sobre a feira como um acontecimento e a produção de sentidos e narrativas nos encontros.

Economia solidária: disparador de encontros

Os encontros quinzenais realizados com os artesãos e produtores, caracterizaram-se por momentos de formação de grupo, de constituição de práticas coletivas, de discussão de problemáticas enfrentadas por eles cotidianamente e experimentação de possibilidades de produzir e gerar renda de forma cooperativa. Nessas reuniões com os participantes também foram realizados alguns encontros em forma de oficinas, envolvendo temáticas por eles solicitadas e realizados por professores parceiros, como por exemplo, a manipulação de alimentos, elaboração de custos e preço de produtos, estratégias de apresentação e comercialização de produtos, processos de criação, trabalho cooperativo, meio ambiente, manejo de hortaliças, entre outros.

Os temas acima mencionados não eram, no entanto, o principal foco nas reuniões realizadas com os participantes. Tinha-se como principal tarefa a própria construção de um coletivo de trabalho: reconhecer as singularidades e diferenças que os conotam como sujeitos, bem como tecer laços de aproximação e de pertencimento a um novo grupo de artesãos que iniciava um trabalho. A perspectiva histórica e dialética evidenciava-se ao valorizar o trabalho como atividade central para o humano; o fazer artesanal, a tarefa de

produzir objetos de ordem prático-utilitário e/ou estéticos que transformam o contexto social no qual se inserem os artesãos e nesse processo constituem a si mesmo como sujeitos. Com essas intencionalidades, a sala de reuniões foi sempre organizada com as cadeiras para que fisicamente todos pudessem ver e ser vistos e, em rodas de conversa, valorizar a participação e o diálogo.

Construiu-se um ambiente em que as decisões fossem tomadas coletivamente e de forma descentralizada, considerando a autogestão como princípio norteador (Lourau, 2014; Ardoino & Lourau, 2014). A autogestão foi compreendida como um dispositivo político que reconhece a igualdade de direito, o que implica mudança radical das relações de poder, saber, prazer e prestígio. Assim, apostou-se “na autonomia dos grupos, calcada na participação, no saber, na experiência particular, estabelecendo assim formas próprias de se manter, dirigir, criticar” (Pereira, 2007,p.9).

A opção por metodologias participativas e a intenção de construir relações horizontais, propiciou que a equipe do projeto ocupasse o papel de mobilizador do grupo para a construção de um espaço coletivo de trabalho ao mesmo tempo que incentivava a autonomia do grupo. As reuniões do grupo foram produzindo

tarefas, relações de pertencimento, divisão de responsabilidades e organizações internas, bem como construção de regras para o andamento das atividades, e, paralelamente, ocorriam as feiras. A realização da feira foi em si um momento de organização do processo de trabalho que gerou conflitos, pois exigiu do grupo constantes negociações entre si e com a gestão do Campus com relação ao uso do espaço físico. Assim como observado em outro trabalho:

A estruturação de um ambiente compartilhado também gerava valores de relação que eram de grande importância para o desenvolvimento de produtos dos grupos, pois era o espaço para o desenvolvimento de projetos conjuntos. Embora tal arranjo implicasse em uma grande liberdade criativa e de possibilidades de ações conjuntas, também estabelecia uma série de problemas, principalmente relacionados às dinâmicas de gestão do EES como um todo (Pires & Silva, 2019).

As questões giravam em torno das seguintes perguntas: Qual o melhor lugar para montar as barracas? Poderemos vender alimentos? Precisamos de cabos elétricos resistentes para a fritadeira de pastel! Conflitos inerentes às relações sociais humanas e, ao próprio processo de subjetivação, e, portanto, mais do que problemas a evitar, tornaram-se, possibilidades de aprofundar as relações que se estabeleciam naquele grupo. Isto

porque, apostamos em uma psicologia que assume o conflito e o confronto nas relações intersubjetivas, nos processos de subjetivação.

Além das relações de pertencimento que buscamos construir entre os participantes com o próprio grupo, essa experiência caracterizou-se como um processo de construção identitária de um grupo de artesãos na relação também com o poder público, com o Campus e entre os próprios membros do projeto.

A feira como acontecimento

As reuniões, como já mencionado, consistiram em momentos de negociação e de reconhecimento de relações de poder a partir dos diferentes saberes e fazeres. Ao prepararmos a primeira feira em um dos encontros, emergiu uma solicitação insistente de uma das artesãs: Queremos que a feira tenha barracas! Moradora na cidade há muitos anos, trabalhava frequentemente em feiras com um artesanato curioso: aproveitava conchas e restos deixados no mar para confeccionar bijuterias e adornos para as casas. A insistência da artesã denotava aspectos simbólicos, entrelaçados com o ato de apresentar seus produtos ao visitante: todo feirante tem barraca!

A barraca de lona traz uma delimitação física entre o artesão expositor e o visitante que aprecia seus produtos, diz da composição dos corpos na geografia da feira e define tempos e lugares, espaços e sentidos produzidos sobre essa atividade produtiva que ocorre no espaço urbano. Em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura conseguimos a cedência de barracas para todos os dias de feira. A barraca fazia parte de um ritual de fazer a feira que iniciava com a chegada dos feirantes e o cumprimento antes de iniciar a jornada, o café quente por alguém trazido e compartilhado, o carregamento de todos os produtos e artesanatos para o local da feira, a montagem da barraca que exigia a ajuda de um outro feirante e a disposição cuidadosa dos seus produtos.

Em seguida, do momento de espera e a acolhida dos consumidores, destacamos o modo como o artesanato era oferecido, as trocas de experiências em diálogos curtos entre um cliente e outro. Ao final da feira, ocorriam as trocas e a doação de produtos que sobraram entre os artesãos, anunciando o encerramento do trabalho que seguia com o desmonte das barracas e abraços afetuosos antes de cada um encaminhar-se para suas casas.

Havia uma performance no fazer a feira que não teríamos conhecido, experimentado com tanta propriedade, sem

que estivéssemos ali, junto aos artesãos carregando os produtos e auxiliando-os na montagem das barracas. Cada feira era um acontecimento, que para Bakhtin (2011), pode ser compreendido como evento único, impossível de repetir-se, marcado pela experiência anterior de cada um do/no grupo, ali reunidos e na espera dos próximos encontros, das próximas reuniões, das próximas feiras.

Verdara (2013, p. 42) destacou a importância de reconhecer que fazer a feira também faz o feirante. A autora aponta a socialização e as trocas solidárias que pode investigar por meio de uma etnografia e apresenta diversos diálogos que estabeleceu com feirantes na cidade de Porto Alegre. As falas de dois feirantes “A feira é meu chão” e, “não tem feirante sem feira”, aproximase da insistente necessidade da artesã de ter uma barraca para a feira no caso desse projeto. Conforme a autora, “a ênfase depositada na construção do laço social com seus fregueses (e também fornecedores e colegas) relacionada com a repetição cíclica dos gestos e práticas no mercado, nos revelam que fazer a feira é também fazer o feirante, no sentido de um *métier* construído cotidianamente a partir de uma experiência compartilhada” (Verdara, 2013, p. 42).

Consideramos, assim, que os artesãos-feirantes estão distantes do

trabalhador explorado na sua força de trabalho, mas entendido como trabalhador urbano (Verdara, 2013), depende das trocas estabelecidas com os demais moradores e por isso, o ato de fazer a feira contém sentidos produzidos nesses encontros no espaço habitado. Os feirantes exercem uma tarefa social importante ao movimentar as ruas e de algum modo, retomam o uso e os fluxos urbanos, convidam a ocupação do espaço urbano esvaziado contemporaneamente. Não por acaso, logo após a realização da primeira feira, ainda enquanto as barracas foram desmontadas, os artesãos sugeriram que para as próximas edições da feira, as barracas fossem colocadas no lado externo do campus, à margem da rua. Porque a feira é para ser feita na rua e com a rua!

Participar da experiência de fazer a feira permitiu considerar ainda a complexidade desse trabalho de produção e comercialização. Estes artesãos precisam ainda criar estratégias de venda - além do processo criativo envolvido na produção de seus artesanatos que mereceria um estudo específico -, investem em conversas sedutoras e apresentam seus produtos na aposta de que sejam comprados. Envolvem-se estes sujeitos no processo de elaboração do produto artesanal muitas vezes desde a matéria prima, amalgamado com a própria

história de vida e, muitas vezes, produto e produtor confundem-se na história narrada.

Artesãos-feirantes-narradores, sujeitos do cotidiano, com experiências particulares, com práticas e modos de praticar o espaço habitado, aproximam-se do que Benjamin valorizava nos narradores. “A alma, o olho, e a mão estão assim inscritos num mesmo contexto. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração está agora vazio”. (Benjamin, 2014, p.239)

Esse trabalho de artesanaria, de narração de histórias vividas, teve conforme o autor seu declínio iniciado com o fim da primeira guerra mundial, substituída pelo surgimento do romance e diante da invenção da imprensa. A experiência de fazer a feira traz memórias desse passado recente em que vida e obra estão intimamente articulados, histórias contadas em produções agrícolas e artesanais que podem ser continuadas por quem as ouve, recontadas, reinventadas por quem ao circular pela feira, pode conhecê-las.

Valorizamos do encontro com esses artesãos-narradores e dessa experiência relatada, as possibilidades intersubjetivas que a feira provocou aos diversos participantes, em especial, os processos

criativos envolvidos e a produção de sentidos outros na forma como esses produtos foram apresentados e comercializados, mais do que a simples dimensão prática de manutenção da vida. A interação com o outro, o encontro com a diferença, a cena social produzida com consumidores e com outros feirantes de diferentes localidades com modos diferentes de habitar a cidade, a sabedoria de construir narrativas, brincadeiras e o intercâmbio de experiências entre moradores e feirantes, são aspectos a serem destacados na experiência de fazer feira nessa localidade.

Os artesãos continuam a realizar de forma autônoma e periódica a feira no espaço físico do Campus e com solicitações de espaços formativos ao grupo. E, embora a experiência tenha sido fomentada inicialmente no Campus, pode-se considerar que contribuiu para chamar a atenção do poder público local para a economia solidária no município. Os aspectos acima relatados indicaram a importância do trabalho desenvolvido e a defesa de que instituições de ensino superior desenvolvam projetos articulados com o território e com a realidade local.

Considerações finais

Com essa experiência, foi possível observar contribuições da economia solidária favorecendo processos educativos para estudantes e pequenos produtores com oferta de produtos comercializados de forma solidária e coletiva. Os participantes tiveram oportunidade de aprender sobre autogestão, organização comunitária e princípios de proteção ao meio ambiente; de forma contextualizada e voltadas para problemáticas locais como exclusão social, desemprego, pobreza e fragilidade de vínculos comunitários.

Ao mesmo tempo, estudantes, professores e demais trabalhadores também foram beneficiados direta ou indiretamente pelo projeto, por meio da participação nas atividades de reunião e planejamento, nos grupos de estudo ou simplesmente prestigiando os eventos previstos no projeto e consumindo produtos desenvolvidos de forma ética com pessoas e com a natureza.

Os principais resultados apontaram para o importante papel das instituições de ensino como referência de formação para os artesãos e estudantes e, principalmente, na experimentação de possibilidades coletivas de aprender e trabalhar com a comunidade. Além disso, considera-se a relevância da experiência relatada no fortalecimento de relações mais democráticas, participativas e solidárias, priorizando ações colaborativas,

valorizando saberes e práticas populares e oportunizando trocas de experiências.

Consideramos, a partir do relato de experiência, as significativas contribuições da psicologia a partir de uma perspectiva historicizada e da educação popular para visibilizar grupos e populações historicamente excluídas do acesso aos seus direitos, justamente ao contraporem-se aos modelos de atuação individualizantes e centrados em uma lógica privatista. Nessa direção, acrescentamos ainda, que, se a temática da desigualdade social passou a ser categoria indispensável em estudos críticos na psicologia, atualmente apontamos a urgência de uma perspectiva interseccional para que temáticas como pobreza, deficiência, relações raciais e de gênero sejam reconhecidas em relação em processos educativos, em políticas geração de trabalho e renda e, de forma mais ampla, nas diversas questões que remetem às diferentes experiências de vida.

É inegável a necessidade do envolvimento da psicologia em questões que se dediquem à consolidação de lugares de referência para a problematização das desigualdades sociais, da exploração desenfreada da natureza produzida pelo capitalismo e, a economia solidária apresenta-se como terreno fértil para tal.

Referências

- Andrade, A. F. B. & Kipnis, B. (2010). Cursos superiores de tecnologia: Um estudo sobre as razões de sua escolha por partes dos estudantes. In J. Moll (Eds.), *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo* (pp. 175-191). Porto Alegre: Artmed.
- Ardoino, J. & Lourau, R. *As pedagogias institucionais*. São Carlos: Rima, 2003.
- Assis, N. (2016). *Cidade Polifônica: Indícios de memórias outras na paisagem*. Tese de doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Florianópolis, SC, Brasil. Recuperado de <https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>
- Assis, N de & Zanella, A. V. (2021). Construção do patrimônio cultural e produção de memórias em São Francisco do Sul-SC. *Quaderns de Psicologia*, 23(2), e1688. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1688>
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo, Martins Fontes.
- Cavagnoli, M; Prim, L. de F.; Groff A. R.Hinkel, J. (2016) Economia Solidária e Psicologia Social: Desafios e perspectivas. *Psicologia e Movimento*. Jan/fev. Florianópolis, Conselho Regional de Psicologia.
- Feitosa, Lígia R. C. (2017). *Psicologia Escolar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Contribuições para a atuação na educação superior*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília – Brasília – DF.

- Feitosa, Lígia R. C. (2016). Psicologia Escolar nos institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Oportunidades para atuação profissional. In: Francischini, R, & Viana, M. N. (Orgs.). *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* (pp. 176-187). Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP.
- Freire, P. (2011). *Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra. 43a ed.
- Gonçalves, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, U, R; Chagas, M. (Orgs). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE (2010). São Francisco do Sul. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=421620>
- Lechat, N. (2002) Economia social, economia solidária, terceiro setor: Do que se trata?. Porto Alegre: Civitas. 2 (1). <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2002.1.91>
- Lourau, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- Marinho-Araújo, C. M. (2014). Intervenção institucional: Ampliação crítica e política da atuação em psicologia escolar. In R. Guzzo (Org.), *Psicologia escolar: Desafios e bastidores na educação pública* (pp. 153 – 175). Campinas: Alínea.
- Moura, D. H. (2005). Algumas implicações da reforma da educação superior sobre a educação profissional. *Holos*, 21(4), 4-14.
- Oliveira, Bárbara Magalhães de Aguiar (2020). La moneda social Palmas, viejos instrumentos, nuevas soluciones: Un análisis sociológico del dinero. *Psicoperspectivas*, 19(2), 1-5. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol19-issue2-fulltext-2082>
- Pereira, William Cesar Castilho. (2007). Movimento institucionalista: principais abordagens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1).
- Pinheiro, D. C. (2013). Economia Solidária: Uma revisão teórica a partir de seus “múltiplos” conceitos. *Revista NAU Social* - 3 (5), p. 85-105. <https://periodicos.ufba.br/index.php/nasocial/article/view/31200/18573>
- Pinheiro, D. C.; Guerra, A. C.; Toledo, D. A. C. (2017). O Papel da Educação na Transformação das Relações de Trabalho na Economia Solidária: Contribuições a Partir da Organização Coletivista Cecocesola. *Administração Pública e Gestão Social*, 9(2), 76-86. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v1i2.1109>.
- Pires, S. D., & Silva, A. P. (2019). O desejo como sintoma na economia solidária: uma perspectiva psicossociológica. *Revista PerCursos*, Florianópolis, 20(44), 280 -30. <http://dx.doi.org/10.5965/1984724620442019280>
- Rivera-Aguilera, G., Reyes Espejo, M. I., Pavez Mena, J., Gómez Núñez, N., & De la Cuadra, F. (2020). Editorial Las Economías Solidarias revisadas desde las transformaciones de la subjetividad, la creación de comunidades y la producción de diversidad. *Psicoperspectivas*, 19(2), 1-5. <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol19-issue2-fulltext-2082>

Santos, A. M. M.s; Deluiz. (2009) N. Economia popular e educação: Percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(2), 329-353. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000200008>.

Sawaia, B.B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade*, 21 (3): 364-372. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010>

Sawaia, B. B. (org) (2002). *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. São Paulo: FAPESP.

Singer, P. (2002) *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Vedana, V. (2013). Fazer a feira e ser feirante: A construção cotidiana do trabalho em mercados de rua no contexto urbano. *Horizontes Antropológicos*, 19(39), 41-68. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832013000100003>

Vigotski, L. S. (2000) Manuscrito de 1929. *Educ. Soc.* 21(71),21-44. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>.

Notas

¹Essa experiência contou com financiamento parcial por meio de bolsa de extensão no Instituto Federal Catarinense durante o ano de 2017.

²Dedicamos esse texto à Luana Vidal (*in memorium*), estudante extensionista bolsista, uma das responsáveis pelo desenvolvimento das ações vinculadas ao projeto de extensão no ano de 2017.

Neiva de Assis. Psicóloga e Professora do departamento de Psicologia Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGP/UFSC. Pesquisadora no Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional – LAPEE/UFSC e no Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política – NUPRA/UFSC.

ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-5530-2095>

E-mail: neiva.assis@ufsc.br

Lígia Rocha Cavalcante Feitosa. Psicóloga e Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora no Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional – LAPEE/UFSC.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0091-932X>

Email:ligia.cavalcante.feitosa@gmail.com

Enviado em: 23/06/2020

1ª rodada: 07/04/2021

2ª rodada: 24/05/2021

Aceito em: 10/10/2022
